



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10656 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 22 - Educação Especial

COTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA REDE FEDERAL: QUEM SÃO E QUAIS SUAS NECESSIDADES?

Vanilza Valentim dos Santos - UEM - Universidade Estadual de Maringá

Nerli Nonato Ribeiro Mori - UEM - Universidade Estadual de Maringá

COTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA REDE FEDERAL: QUEM SÃO E QUAIS SUAS NECESSIDADES?

Segundo a Lei Federal de nº12.711, de 2012; a qual dispõe sobre a reserva de vagas para o ingresso nas Universidades e Institutos federais, institui que 50 % das vagas sejam destinadas a alguns grupos que historicamente sofreram e sofrem culturalmente a exclusão educacional e profissional.

Assim, essas vagas reservadas devem ser preenchidas pelos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita, autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição. (BRASIL, 2012; 2016).

O estudo tem por objetivo investigar o perfil dos estudantes com deficiência que ocupam as vagas reservadas pela política de inclusão na Rede Federal para atendimento a este público-alvo. Considerando o público e a política de inclusão dos Institutos federais, este estudo visa mapear as necessidades específicas dos estudantes, no contexto educacional do Instituto Federal do Paraná – IFPR. Para subsidiar o estudo buscou-se analisar por meio de um formulário os tipos de deficiências dos estudantes ingressantes. O estudo foi realizado por meio de procedimentos metodológicos de cunho documental qualitativo e quantitativo, caracterização essa tentada por meio de um estudo de caso referente aos estudantes ingressantes nos cursos técnicos integrados, subsequente e superior do IFPR – Campus Paranavaí.

A inclusão de estudantes com deficiência também encontra respaldo legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 9.394/96, o artigo 59 explicita o dever dos sistemas de ensino em assegurar aos educandos(as) com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades ou Superdotação (AH/SD).

Em consonância, o Estatuto da Pessoa com Deficiência tem por objetivo assegurar e

promover à inclusão em todos os níveis e modalidades de ensino, respeitando as especificidades de cada indivíduo. Nesta perspectiva, os estabelecimentos de ensino devem promover e assegurar o atendimento educacional especializado, adotando recursos e adaptações necessárias para atender às características dos estudantes com deficiência e garantindo o acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (BRASIL, 2015).

O movimento pela inclusão traz como apelo a atenção social a esses alunos oriundos de grupos sociais que passaram a compor a diversidade escolar, entre eles, aqueles com deficiências, desafiando os sistemas de ensino a redimensionar as políticas curriculares e as práticas docentes. (FERNANDES, 2013).

Nos Institutos Federais de Educação os estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas são acompanhados pelos Núcleos de Atendimento/Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs). Esse núcleo tem o intuito de agregar às ações já existentes, promovendo a troca e a disseminação das atividades de inclusão e acompanhamento da comunidade escolar nos cursos de nível básico, técnico e tecnológico.

No Instituto Federal do Paraná, o Napne tem uma composição multidisciplinar, que visa promover e estimular a criação da cultura da educação para a convivência, respeito às diferenças e, principalmente, minimizar as barreiras educacionais, arquitetônicas, comunicacionais, de atitude e tecnológicas no âmbito do IFPR. (IFPR, 2020). No IFPR a concepção de inclusão, refere-se em um sentido mais amplo e não apenas a inclusão específica associada ao termo utilizado na Educação Especial. Neste sentido, de inclusão social, a palavra “inclusão” aparece em diversos momentos nos documentos institucionais, inclusive com referências a políticas de assistência estudantil (PDI, 2020, p.212).

Com a presente análise almejamos verificar quais as deficiências e necessidades específicas educacionais – NEE, dos estudantes ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, Subsequentes e Cursos Superiores, tendo como amostra a análise dos estudantes ingressantes no ano letivo de 2022. Optamos por incluir as questões relacionadas as NEE, uma vez que englobam os transtornos de aprendizagem, e fazem parte do público-alvo dos Napns.

Para o levantamento dos dados recorreremos à aplicação de um formulário composto por unidades temáticas que abordam questões tais como Curso, Dados pessoais, Trajetória escolar, Tipo de deficiência e necessidades educacionais específicas, Dificuldades”; o formulário foi aplicado entre os dias 27 de abril a 05 de maio de 2022. O estudo é um recorte de pesquisa de doutorado sobre educação especial e inclusão nos institutos federais.

O cenário analisado é composto por sete (7) turmas ingressantes, sendo elas: três (3) cursos de nível médio integrado, uma (1) técnico subsequente e três (3) cursos superiores, ofertando 40 vaga cada curso, totalizando duzentos e oitenta (280) vagas das quais de acordo com o edital do processo seletivo de nº 83/2021 (cursos de nível médio) e edital nº 114/2021 (cursos de graduação) 5% das vagas são reservadas as pessoas com deficiência, totalizando quatorze (14) vagas destinadas a esse público-alvo.

No levantamento preliminar contamos com o total de 135 respostas distribuídas em cinco (5) turmas sendo 58,5% de estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados (Agroindústria, Informática e Mecatrônica), 23% alunos do curso subsequente (Eletromecânica) e 18,5% do curso superior (Engenharia de Software).

A faixa etária do público ingressante varia entre quatorze (14) e dezesseis (16) anos para os alunos dos cursos técnicos integrados, entre os estudantes dos cursos Subsequente e Superior

a faixa etária varia entre 18 a 43 anos. Na análise dos dados observamos que o curso Subsequente tem um público com a faixa etária mais alta comparada aos estudantes de Engenharia de Software em que a média fica entre 17 e 27 anos.

A unidade que aborda a questão da trajetória escolar abarca o item aprovação e reprovação na vida escolar considerando desde o ensino fundamental ao ensino médio conforme seu atual nível de ensino. Constatamos que nos cursos Técnicos Integrados tivemos um total de 79 participantes dos quais 13 relataram reprovadas em seu histórico. No curso de nível Subsequente obtivemos 31 respostas das quais 12 alunos já vivenciaram a reprova escolar, e no curso Superior foram 25 respostas com o total de 9 reprovadas. Observamos que quanto maior a faixa etária maior é o número de estudantes com reprovadas em seu histórico escolar.

Para identificarmos os tipos de Deficiência e ou Necessidades Específicas recorremos a uma abordagem ampla para que cada estudante pudesse especificar sua necessidade, e quando necessário descrever por meio do item outros as suas especificidades, considerando os preceitos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a qual postula que pessoa com deficiência e aquele sujeito com algum impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

De acordo com o edital 83/2021IFPR, serão considerados aptos a concorrer as vagas reservadas para deficiente a pessoa com deficiência sendo elas: física com alteração completa ou parcial de um ou mais seguimentos do corpo acarretando o comprometimento da função física; deficiência auditiva com perda bilateral, parcial ou total; Deficiência visual cegueira, baixa visão; Deficiência mental funcionamento do intelecto significativamente menor a média; Deficiências múltiplas; Transtorno do espectro de autista (TEA); e Visão monocular. Os estudantes acometidos com algum dos quadros citados devem comprovar por meio de laudo médico no ato da sua inscrição.

A tabela a seguir engloba além das deficiências que garantem a reserva de vagas os transtornos e necessidades específicas do público-alvo dos NAPNEs dos institutos federais.

Quadro 1: Unidade Temática: Tipos de Deficiência e ou Necessidades Específicas

Não possuo nenhuma necessidade específica	114 (84,4%)
Deficiência Visual	1 (0,7%)
Transtorno do Espectro Autista	1 (0,7%)
Transtorno de Déficit de Atenção (TDA)	2 (1,5%)
Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDA)	1 (0,7%)
Dislexia	1 (0,7%)
Transtorno Depressivo	4 (3%)
Bipolaridade	3 (2,2%)
Síndrome do Pânico	2 (1,5)
Ansiedade	19 (14,1%)
Deficiência Física	1 (0,7%)
Outros	2 (1,5%)

Fonte: Elaborado pela autora,2022.

As categorias que obtiveram respostas foram exemplificadas pelo quadro dois (1), relatamos na sequência as categorias que não tiveram nenhuma sinalização no formulário, são elas: Psicose Infantil; Deficiência Auditiva; Deficiência Intelectual; Deficiência Física e Neuromotora; Hiperatividade; Disgrafia; Disortografia; Discalculia; Transtorno Obsessivo-compulsivo e; Altas Habilidades/Superdotação.

No levantamento preliminar constatamos a apresentação de dois (2) laudos via formulários, o primeiro caso “Transtorno Depressivo” e o segundo “Deficiência Física”. No primeiro caso o laudo apresentado não atende as especificidades de estudantes cotistas, no segundo caso atende as especificidades da Lei nº 13.146/2015, e do edital 83 e 114 de 2021/IFPR. Entre as categorias citadas, observa-se um destaque para as questões de saúde mental, ansiedade e depressão

No item “Outros” obtivemos duas respostas os estudantes justificaram questões relacionadas a sintomas de depressão, e histórico familiar de depressão, porém sem ainda uma avaliação médica. Do total de 135 estudantes 12,6% relatam que já frequentaram alguma instituição de atendimento específico, como sala de recursos multifuncionais, centro de atendimento especializado ou sala de reforço.

Considerando que o atendimento educacional especializado se refere a um atendimento e acompanhamento do estudante, independente das deficiências elencadas para a reversa de vagas, o formulário aplicado utilizou-se da temática “Dificuldades”, com o intuito de levantar as principais dificuldades dos estudantes.

Essa temática visa analisar pontos centrais que podem estar relacionados aos diversos Transtornos Funcionais Específicos, os quais as causas das dificuldades de aprendizagem podem ser de ordem pedagógica, neurológica ou intelectual. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros (Brasil, 2008).

Alguns estudos consideram que as dificuldades de aprendizagem interferem no domínio dos conteúdos acadêmicos. É preciso destacar que os problemas de aprendizagem, englobam tanto as dificuldades quanto os transtornos, todavia não se encaixam na terminologia das deficiências e podem ter origens diferenciadas. Assim, entendemos que o espaço escolar possibilita identificar se as dificuldades são recorrentes do processo de ensino e aprendizagem ou possuem indicativos relacionados aos transtornos. O quadro abaixo exemplifica as principais dificuldades dos estudantes categorizadas por componentes curriculares.

Quadro 2: Unidade Temática Dificuldades

Cursos	Componentes Curriculares	
Agroindústria Integrado	Matemática (13)	Gestão Agroindustrial (1)
	Português (6)	Extensão Rural (1)
	Química (6)	Não respondeu (2)
	História (2)	Agricultura e produção animal (1)
	Geografia (3)	Princípios e técnicas de produção (1)

Informática Integrado	Matemática (18)	Química (6)
	Português (7)	Geografia (2)
	Biologia (10)	História (1)
	Sociologia (2)	Algoritmos e estruturas (2)
		Não tem dificuldades (1)
Mecatrônica Integrado	Matemática (12)	Física (11)
	Português (12)	Química (9)
	Geografia (2)	Introdução à Práticas Laboratoriais (2)
	História (1)	Não tem dificuldades (3)
	Sociologia (4)	Não respondeu (1)
	Biologia (2)	
Eletromecânica subsequente	Matemática aplicada (8)	
	Português inglês (13)	
	Eletrônica digital (1)	
	Tecnologia de materiais (2)	
	Meio ambiente e segurança (1)	
	Não respondeu (2)	
Engenharia de Software	Não respondeu (10)	
	Leitura e Produção (3)	
	Não tem dificuldades (2)	
	Matemática Discreta (4)	
	Exatas (3)	
	Algoritmos e estruturas de dados (3)	
	Inglês Instrumental (1)	
	Banco de Dados (1)	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

No tocante as dificuldades observamos que nos cursos integrados a liderança parte do componente curricular de Matemática, na sequência Português, Química e alguns nas áreas de humanas. Os componentes Técnicos foram poucos mencionados, e entre os estudantes que consideram não ter dificuldades foram apenas quatro (4).

No curso Subsequente e Superior constatamos que as dificuldades estão mais centradas nos conhecimentos Matemáticos e de Português /Inglês. Também verificamos que entre os estudantes que não responderam à questão no Subsequente foram dois (2) enquanto no

Superior foram dez (10).

A unidade temática Dificuldades, possibilita pensar em ações e estratégias coletivas, como por exemplo, cursos de nivelamento, monitorias atividades de retomadas conceituais, bem como acompanhar individualmente os estudantes para avaliar o nível das dificuldades conceituais nos componentes curriculares mencionados.

É inegável a importância da Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que garante a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. O direito ao acesso por meio da reserva de vagas e o direito a permanência por meio das ações desenvolvidas pelos NAPNEs, no contexto da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, promove não apenas o atendimento a esses estudantes no tocante as questões pedagógicas, mas em ações de pesquisa, ensino e extensão.

Os dados analisados aqui, cujo foco de estudo foi investigar quais estudantes com deficiência e considerando a inclusão no sentido das necessidades educacionais volta-se também para a necessidade do atendimento específico e quais as dificuldades que os mesmos encontram no curso em que estão matriculados. Esse mapeamento possibilitará planejar ações futuras, propor formações, aquisição de recursos materiais e humanos, adaptações e flexibilizações pensadas, especialmente no contexto da inclusão educacional, social e profissional.

Todo esse arcabouço informativo do estudante é apresentado e discutido em reunião com os docentes e equipe pedagógica, que por meio de um trabalho colaborativo de acompanhamento e assessoramento das atividades desenvolvidas com o estudante realizam ações e atividades que são embasadas por meio dos registros que são preenchidos por intermédio de um plano de trabalho do estudante o qual é adaptado conforme as especificidades de cada indivíduo.

A partir das análises feitas fica evidenciado que à necessidade de estudos e reflexões que promova a inclusão para além do ingresso dos estudantes através das vagas reservadas, esse direito é uma porta, porém políticas públicas de permanência se fazem necessária para promover a aprendizagem a partir das potencialidades de cada indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Inclusão. Necessidades Educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: MEC, 2016.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 04 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa

com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 05 de maio de 2022.

FERNANDES, Sueli. Fundamentos para a Educação Especial. Curitiba: Intersaberes, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Projeto Político-Pedagógico Campus Paranavaí 2020 - 2024. Disponível em: < <https://paranavai.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2021/02/PPP-IFPR-PARANAVAI-2020-2024-VERS%C3%83O-FINAL.pdf>>. Acesso em: 06 maio. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Edital n° 83 de novembro de 2021. Processo Seletivo IFPR2022, NORMAS Que regem o processo seletivo IFPR – Campus Paranavaí - 2022, para ingresso nos cursos Técnicos de Nível Médio, na modalidade presencial. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1GYHr_XTgZyrzaJnYwZTIImfM3gc05G5vz/view. Acesso em 06 de maio de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Edital n° 114, de dezembro de 2021. Processo Seletivo IFPR2022, Cursos de Graduação. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5THjc8SHKClXCtHdmAs5kwE2fgFlpcZvINXnjvi4FCNQXpvKzw9oorrMHovSbGKSwZ. Acesso em 06 de maio de 2022.